

RACISMO INSTITUCIONAL E SEU FUNCIONAMENTO NA PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM UM QUILOMBO NA AMAZÔNIA PARAENSE

*Leônidas Ribeiro Pixuna Neto*¹

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação do Pará

*José Sena*²

*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, DPTD, Rio de Janeiro, RJ, Brasil;
Museu Paraense Emílio Goeldi, Programa de Pós-graduação em Diversidade
Sociocultural, Pará, PA, Brasil.*

RESUMO

O estudo tem como propósito debater como o racismo operou e continua operando na formação e atuação de professores/as de um quilombo na Amazônia Paraense. Dentre diferentes perspectivas, a pesquisa etnográfica (Emerson; Fretz; Shaw, 2013; Peirano, 2008) contou com a orientação teórica de pesquisadores/as dedicados ao estudo das relações raciais como Frantz Fanon (1968), Patrícia Hill Collins (1990), Nego Bispo (2015), por exemplo. Ao investigar como ocorreram as formações dos/as professores/as e suas práticas atuais, a pesquisa evidencia como o racismo institucional se articula na precarização da formação desses/as docentes e, em consequência, da educação escolar como um todo, quando reproduzem lógicas racistas ao perpetuar o epistemicídio racial ou ao não aplicarem, ou até mesmo desconhecem, por exemplo, a lei 10.639/03, dentre outros.

Palavras-Chave: racismo; professor; formação de professor; quilombo; Amazônia.

¹ Preto e quilombola. Mestre em Diversidade Sociocultural (Antropologia) pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, sou professor de Sociologia da SEDUC/PA, e pesquisador dos temas: raça, racismo, memória negra no território da Amazônia. SEDUC/PA. pixunaneto@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6210-5534> LATTES: <https://lattes.cnpq.br/5226599043105502>

² Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e professor permanente do Programa de Pós-graduação em Diversidade Sociocultural do Museu Paraense Emílio Goeldi (PPGDS/ MPEG). Amparado no campo da Crítica (Negra) da Colonialidade, desenvolvo pesquisas no âmbito das políticas antirracistas e do letramento racial crítico. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, DPTD, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; Museu Paraense Emílio Goeldi, Programa de Pós-graduação em Diversidade Sociocultural, Pará, PA, Brasil. senarj@unirio.br / josesena@museu-goeldi.br ORCID <https://orcid.org/0000-0003-4422-8800> LATTES: <https://lattes.cnpq.br/5791372279187707>

INSTITUTIONAL RACISM AND ITS FUNCTION IN THE PRECARIZATION OF SCHOOL EDUCATION IN A QUILOMBO IN THE AMAZON

ABSTRACT

The purpose of the study is to debate how racism operated and continues to operate in the training and performance of teachers from a quilombo in the Amazon of Pará. Among different perspectives, ethnographic research (Emerson; Fretz; Shaw, 2013; Peirano, 2008) relied on theoretical guidance from researchers dedicated to the study of racial relations such as Frantz Fanon (1968), Patrícia Hill Collins (1990), Nego Bispo (2015), for example. By investigating how the training of teachers and their current practices occurred, the research highlights how institutional racism is articulated in the precariousness of the training of these teachers and, consequently, of school education as a whole, when they reproduce racist logics by perpetuating racial epistemicide or by not applying, or even ignoring, for example, the law 10.639/03, among others.

Keywords: racism; teacher; teacher training; quilombo; Amazon.

EL RACISMO INSTITUCIONAL Y SU FUNCIONAMIENTO EN LA PRECARIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN ESCOLAR EN LA AMAZONÍA

RESUMEN

El objetivo del estudio es debatir cómo el racismo operó y continúa operando en la formación y desempeño de docentes de un quilombo en la Amazonía de Pará. Entre diferentes perspectivas, la investigación etnográfica (Emerson; Fretz; Shaw, 2013; Peirano, 2008) contó con la orientación teórica de investigadores dedicados al estudio de las relaciones raciales como Frantz Fanon (1968), Patrícia Hill Collins (1990), Nego Bispo (2015), por ejemplo. Al investigar cómo se produjo la formación de los docentes y sus prácticas actuales, la investigación destaca cómo el racismo institucional se articula en la precariedad de la formación de estos docentes y, en consecuencia, de la educación escolar en su conjunto, cuando reproducen lógicas racistas al perpetuar el epistemicidio racial. o por no aplicar, o incluso ignorar, por ejemplo, la ley 10.639/03, entre otras.

Palabras-clave: racismo; maestro; formación de docentes; quilombo; Amazonía.

LE RACISME INSTITUTIONNEL ET SA FONCTION DANS LA PRÉCARISATION DE L'ENSEIGNEMENT SCOLAIRE DANS UN QUILOMBO EN AMAZONE

RÉSUMÉ

Le but de l'étude est de débattre de la manière dont le racisme a opéré et continue d'opérer dans la formation et le rendement des enseignants d'un

quilombo de l'Amazonie du Pará. Entre différentes perspectives, la recherche ethnographique (Emerson; Fretz; Shaw, 2013; Peirano, 2008) s'est appuyée sur les orientations théoriques de chercheurs dédiés à l'étude des relations raciales tels que Frantz Fanon (1968), Patrícia Hill Collins (1990), Nego Bispo (2015), par exemple. En étudiant comment s'est déroulée la formation des enseignants et leurs pratiques actuelles, la recherche met en évidence comment le racisme institutionnel s'articule dans la précarité de la formation de ces enseignants et, par conséquent, de l'enseignement scolaire dans son ensemble, lorsqu'ils reproduisent des logiques racistes en perpétuant l'épistémicide racial. ou en n'appliquant pas, voire en ignorant, par exemple, la loi 10.639/03, entre autres.

Mots-clés: racisme; professeur; formation des enseignants; quilombo; Amazone.

UMA PERSPECTIVA CONTRA COLONIAL PARA OLHAR O QUILOMBO

A violência do racismo tem se articulado de modo tão perverso que mesmo territórios sócio historicamente consagrados como espaços de resistência tem sido alvo desse sistema de poder que se atualiza e se aprofunda. Cansativo, mas não só a colonialidade, como forma de perpetuação da lógica colonial (Quijano, 1992), se impõe, mas se impõe também, especialmente em territórios tradicionais, o que temos chamado de colonialismo persistente (Pixuna, 2023; Sena, 2023), quando o território se encontra continuamente ameaçado pelo capital e pela lógica da brancura.

Não somos nós dizendo nenhuma novidade, na nossa voz a polifonia ressoando a intelectualidade negra de Frantz Fanon (1968), Lélia Gonzalez (2020), Patricia Hill Collins (1990), Sueli Carneiro (2005), Nego Bispo (2015), dentre tantos outros mais velhos. Embora muitos brancos tenham compreendido que seus papéis na luta contra o racismo não seja de meros aliados, no "grosso" da luta somos nós por nós. Assim, olhar para as questões que a pesquisa levanta sobre a "escola branca" no Quilombo Joana Peres só pode se dá por um viés afrocentrado, quando apesar de uma estabelecida agenda de lutas no Brasil, inclusive da institucionalização de diversas pautas do movimento negro, precisamos voltar às bases e refazer os caminhos, colocando a perspectivas de pessoas negras e quilombolas no centro do

debate. Conforme nos relembra Gonçalves Costa (2023, p. 161) “O movimento negro sempre utilizou várias estratégias para transmitir as pautas, mas foi na década de 1970 e 1980 que se utiliza, pela primeira vez, das palavras de ordem “negro no poder!”, é com essa perspectiva afrocentrada que este estudo se coloca.

Com atenção às marcas e ao funcionamento do racismo no contexto escolar da comunidade quilombola Joana Peres, no Pará, o estudo apresenta alguns resultados da pesquisa de mestrado intitulada “Racismo no Quilombo: marcas e funcionamento no contexto de Baião, Amazônia Paraense”. Parte de um projeto mais amplo dedicado à pesquisa sobre (Anti)Racismo e Direito à cidade, o estudo foi motivado pelo interesse de um dos autores, homem negro, quilombola e pesquisador, que vinha ao longo de sua trajetória de vida acompanhando com inquietude a presença e a persistência do racismo em diferentes camadas dentro de seu território quilombola.

Nosso ponto de partida é a crítica anti colonial (Fanon, 1968), de modo amplo, e a crítica contra colonial (Santos, 2015), em particular, quando percebemos a necessidade de refletir sobre como a colonialidade, enquanto sistema de poder, se instaura nas práticas institucionais no quilombo Joana Peres, tomando como base o protagonismo dos membros da comunidade escolar.

Com isso, partimos do entendimento de que uma “crítica contra colonial” (Freitas; Martins; Sena, 2022) é a crítica que possui um comprometimento radical com a transformação social, realizada sempre por agentes contra colonizadores ou articulada a tais agentes garantindo à reflexão científica uma condição constitutiva da luta por justiça social. Com isso, entendemos, com Nego Bispo que contra colonizadores são “os povos que vieram da África e os povos originários das Américas... independentemente das suas especificidades e particularidades no processo de escravização” e contra colonização como “todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (Santos, 2015, p. 35). É nessa base que elaboramos a crítica contra colonial que orienta esta pesquisa.

Embora nosso enfoque seja a instituição escolar, é evidente como a comunidade onde a escola se localiza extravasa sua experiência social e política para dentro da escola, e vice versa. Nesse sentido, as marcas e o funcionamento da colonialidade e do racismo permeiam essas esferas da vida social mobilizando categorias e significações centrais na produção tanto das violências quanto dos modos de combatê-las.

Assim, raça é a categoria central para compreendermos como a diferença entre as pessoas do contexto investigado são diferenciadas entre cidadãos e cidadãos de segunda classe, tendo na aparência fenotípica o principal fator de diferenciação e hierarquização social, embora outros marcadores sociais aprofundem complexidades. Conforme veremos nos dados gerados, desses processos de significação em torno da raça, imagens de controle (Collins, 1990) foram projetadas sobre pessoas negras, relegando-as à subordinação e a falsa ideia de que são incapazes.

Indissociável a categoria raça, é o sistema da branquitude, o norteador da naturalização de privilégios agregados a pessoas brancas, independente de suas intenções. A branquitude, construída no processo colonial, como sistema de valor, inventou o branco como padrão de humanidade, submetendo todos/as que não atendem a tal padrão, à subserviência, à escravidão e ao extermínio (Bento, 2022; Sena, 2023). É esse sistema da brancura que permeia o território quilombola de Joana Peres, incidindo sua violência naturalizada no espaço escolar, retroalimentando com isso, o racismo cultural que orienta a visão de mundo de muitos dentro da comunidade.

Decorrente disso, é no âmbito do racismo institucional que as pessoas negras do quilombo são projetadas como inaptas aos estudos e à intelectualidade, violência que acompanhou a formação dos/as professores/as da comunidade e são reproduzidas, ainda que não intencionalmente, em suas salas de aula, semeando um futuro de morte para a cultura negra quilombola de Joana Peres. Conforme nos explica Almeida (2020), a categoria do racismo institucional é resultado do funcionamento das instituições, pois são elas e nelas que se articulam as relações de poder que controlam direta ou indiretamente privilégios e negações de direitos sociais com base na aparência

racial, e decorrente hierarquização valorativa. Assim, as pessoas brancas produzem comportamentos depreciativos nas instituições, direcionam regras racionais, sentimentos e preferências a partir do pensamento da branquitude, ou seja, produzem modos específicos de tratamento desigual que ocorrem entre pessoas brancas e negras dentro das instituições públicas, empresas governamentais e privadas. Assim, também mantém o controle e limitações do desenvolvimento de pessoas negras nas instituições alimentando desproporções raciais, sobretudo em distribuições de serviços nas áreas da saúde, educação e trabalho (Almeida, 2020; Kilomba, 2020; Lópes, 2012).

A existência do racismo institucional se constitui em práticas silenciosas e normativas que determinam a dominação racial. Conforme Almeida (2020) explica, as instituições têm sua administração condicionada a uma estrutura social previamente existente nas relações econômicas e políticas, cujo antagonismo e conflitos raciais são naturalizados. Embora a pesquisa de mestrado evidencie uma série de efeitos do racismo sobre a comunidade de um modo geral, neste texto, nosso propósito é apresentar os efeitos do racismo na trajetória de formação dos professores dentro do quilombo em foco, decorrente especialmente do racismo institucional que atravessa a formação desses profissionais e se perpetua nas suas práticas em sala de aula, quando acabam por reproduzir a formação precarizada que tiveram ao longo de suas trajetórias no âmbito do debate racial.

Nesse sentido, o autor menciona que foi um grande avanço o conceito do racismo institucional para a sociedade, pois garantiu que este fosse inserido na jurisdição enquanto prática racista consoante a lei brasileira. Contudo, nota-se que nas profissões de advogados, membros dos judiciários, a exemplo de Juízes, promotores e defensores públicos na qualidade de agentes da justiça que exercem funções jurídicas de julgar, condenar e defender pessoas por atos ilícitos, ainda operam historicamente no direito pelo pensamento da branquitude. Além disso, constata-se que nas instituições universitárias e centros de pesquisas, pessoas brancas também ocupam predominantemente profissões de professores, pesquisadores e funções de reitores, coordenadores de cursos, tendo grande prestígio social reconhecido pela comunidade

acadêmica. No mesmo cenário, encontramos pessoas negras, mas com profissões diferentes em condições subalternizadas, de menos prestígio social e com baixos salários, a exemplo, de serventes, porteiros e vigilantes. Essas ocupações e privilégios nas instituições são fruto do pensamento e das práticas orientadas pelo sistema de valores da branquitude, com base no qual sustentam seus interesses e controle a partir da representação do Estado, mantendo formas de alienar e manipular tomadas de decisões no campo sociopolítico.

Nesse sentido, o racismo escolar, foco desta pesquisa, pode ser entendido como toda forma de violência racial vivenciada e perpetuada dentro do universo escolar. Discursos estereotipados como “seu cabelo feio”, “sua pele escura”, “você não pertence a este lugar”, “você é burra”, e outras narrativas evidenciam o racismo no contexto educativo (Pixuna, 2023). É o que explica Gonzalez (2020) ao descrever como “lavagem cerebral” o modo como o sistema escolar anula as vidas negras, destila racismos e naturaliza essas ideias nos livros didáticos, o que também se reflete na postura dos professores em sala de aula, nos espaços das relações entre crianças e adolescentes no âmbito escolar, processos que participam das anulações de identidades e memória negras, contribuindo para a identidade do branqueamento.

Além disso, temos exemplos dos currículos educacionais que não atendem a diversidade racial dos estudantes, onde se ensina uma literatura predominante branca, inexistindo autores ou personalidades negras nos livros didáticos das escolas. Argumentamos que isso faz parte de uma política de apagamento da memória e dos saberes negros (Carneiro, 2005; Pixuna; Ferreira, 2023), quando um projeto de deixar morrer nossas histórias e culturas afro-brasileiras, enfatizam uma cultura de embranquecimento da população brasileira operada pelo Estado, a partir de suas representações políticas e educacionais. Certamente, o racismo como tecnologia de poder tem afetado substancialmente as comunidades escolares, tanto em suas organizações comunitárias como nos movimentos socioculturais (Gonçalves Costa, 2023).

É dentro do funcionamento do racismo institucional, por exemplo, que a lógica da colonialidade se realiza, e nos interpela a uma crítica contra colonial

(Santos, 2015) que exponha e conteste a manutenção dessa lógica racista, o que nos encaminha a percorrer desde a formação dos/as professores/as, quando eram discentes, até suas práticas atuais, o currículo escolar, o PPP da escola, a formação continuada, o material didático e a prática efetiva em sala de aula. Neste texto, alguns destes aspectos serão debatidos, não todos.

É com base nos objetivos e na orientação teórica exposta nesta introdução, que para empreender o debate, organizamos as próximas seções, do seguinte modo: apresentaremos o contexto da pesquisa e aspectos metodológicos do trabalho etnográfico; em seguida, nos empenhamos na análise dos dados gerados no estudo, expondo seus resultados. Nas considerações finais, apontamos reflexões sobre o racismo e o direito à cidadania.

A ESCOLA NO QUILOMBO JOANA PERES E O CONTEXTO DA PESQUISA

Joana Peres é o segundo distrito do município de Baião, no Pará. Território colonizado pelo português Antônio Baião, em 17 de maio de 1831, Baião é constituído predominantemente por comunidades reconhecidas como Quilombolas. O Quilombo Joana Peres foi colonizado pela portuguesa Joana Pires³, tendo, na mesma década, recebido este nome em homenagem à colonizadora, que ao longo de sua jornada de colonização recebeu grande posse de propriedade territorial do governo da Província do Grão-Pará, o que se deu a partir da usurpação e exploração de terras indígenas e seu povo. Com isso, navegou para essa região, trazendo em seus navios grupos de africanos escravizados de outros estados para ser mão-de-obra na exploração dos recursos naturais, vegetais e minerais da Amazônia paraense (Ramos, 2009).

Após a morte da colonizadora Joana Pires, os negros escravizados, com medo de serem capturados por outros senhores brancos, se refugiaram nos Mocambos Tavares, Retiro e Carará, localizados a 5 km da comunidade.

³ É o nome da Comunidade descrito como Joana Peres, retirado a letra “i” do nome da colonizadora, incluído a letra “e” em Peres pelos moradores.

Com isso, a comunidade, que era pequena, ficou quase deserta. Tempos depois, quando os negros escravizados não ouviam mais comentários sobre os colonizadores, voltaram para Joana Peres e construíram um espaço territorial negro. Chegaram também nesse período de 1776 algumas famílias brancas pobres que vieram em busca de posse da terra para cultivar a agricultura familiar, assim como alguns comerciantes e empresários do sul e sudeste com a ganância de explorar as riquezas do território amazônico (Pixuna, 2018). Essas questões territoriais persistem, pois o racismo ambiental é algo que assombra nossa região, quando em torno do território do Quilombo de Joana Peres, fazendas agropecuárias e madeireiras que exploram as florestas em benefício do lucro, são ameaças potenciais contra a existência de nossa comunidade. Nesse sentido, há não apenas uma colonialidade, mas um colonialismo persistente na região.

Apesar da presença de brancos no território de Joana Peres, a comunidade tem seguido resistindo na valorização de sua história e no ano de 2019 buscou a certificação Quilombola. No mês de novembro do mesmo ano, a população participou de reuniões e debates motivados pela liderança Quilombola Elias Gomes, Leônidas Pixuna, Domingos Ferreira, professores e diversos moradores locais em torno da certificação Quilombola. A certificação da comunidade ocorreu no dia 08 de Maio de 2020 pela Fundação Palmares⁴. Houve resistência por parte de algumas pessoas que não se identificam como afro-brasileiros. Como se pode observar, a busca pelo reconhecimento da comunidade como Quilombo foi tardia devido à persistência do racismo mobilizado e sustentado pela branquitude, sendo que outras comunidades da região já eram certificadas como remanescentes Quilombolas no Município de Baião, a exemplo da Comunidade de Umarizal e Bailique Centro.

Com base nos dados do IBGE (2014), informações fornecidas pelos moradores e pela MALUNGU⁵, a população étnica do Quilombo Joana Peres, atualmente, é estimada em mais de 1505 Quilombolas, tendo 339 famílias

⁴ Diário Oficial da União. Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/296743849/dou-secao-1-12-05-2020-pg-57/pdfView>. Acessado em 10/05/2022.

⁵ Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará.

cadastradas. A renda econômica da população é em média de R\$235,09, e esteve historicamente associada à comercialização de produtos naturais, com base no extrativismo de: látex da seringueira, castanha, concha e pescado. Algumas dessas atividades econômicas do Quilombo desapareceram devido aos grandes impactos ambientais causados pela barragem de Tucuruí desde a década de 1980. Segundo Silva (2016, p. 56), “o cotidiano dessas pessoas foi afetado profundamente pela construção da hidrelétrica de Tucuruí e também pelos projetos de colonização pensados para região”, com efeitos precisos na coleta do açaí, caça, pesca, agricultura da mandioca, bacuri e castanha. Essas mudanças também foram mobilizadas pelo funcionalismo municipal, o qual contribui na renda mensal do município.

É nesse contexto que a escola que atende ao Quilombo Joana Peres foi construída, em 1971. Ao longo das décadas, a escola recebeu diversos nomes, à medida que também foi se expandindo: Escola Isolada, Escola Mista, Escola Reunida e Escola Estadual de 1º grau de Joana Peres, onde funcionava até a 3ª série do ensino fundamental. Foi somente em 1998 que passou a atender todo o Ensino Fundamental, e em 2009, adotou o Ensino Fundamental de nove anos, passando a ser nomeada Escola Municipal de Ensino Fundamental de Joana Peres (Pixuna, 2023).

Foi nesse território institucional, por onde passaram gerações de moradores do Quilombo, que esta pesquisa se dedicou a compreender o complexo funcionamento do racismo, sob diferentes nomes e formas de articulação. O racismo institucional (Almeida, 2020), religioso (Nogueira, 2020), cotidiano (Kilomba, 2020) e recreativo tem feito parte da experiência escolar de Joana Peres. Para se ter uma noção, o quilombo é dominado pelas religiões de matriz judaico-cristã, sendo 08 igrejas: 1 católica, 1 adventista, 6 evangélicas. Apesar de se tratar de um território quilombola, inclusive com marcas de ancestralidade indígena⁶, não possui nenhuma religião de matriz afroindígena.

⁶ O território onde hoje se localiza Joana Pares, anteriormente, foi território dos indígenas Assurini, o que gerou um conflito nos anos de 1940 entre estes pela terra. Apesar disso, ainda carece de estudos sobre outras trocas não conflituosas entre essas comunidades, quando vemos na cultura quilombola de Joana Peres marcas da convivência e mistura com indígenas, nas atividades cotidianas, nos nomes das pessoas, nos fenótipos etc.

Os efeitos dessa realidade se mostram, por exemplo, nas aulas de ensino religioso que se restringem ao ensino bíblico. Embora no âmbito das manifestações artístico-culturais, resistam, ainda que com dificuldades, o samba do cacete, o carimbó, a festa da farinhada e práticas de cura com as parteiras e benzedeadas locais, tem sido uma luta diária o enfrentamento à morte gradativa da memória e cultura quilombola de Joana Peres.

Assim, a pesquisa foi realizada com base na observação participante (Emerson, Fretz, Shaw, 2013), contando com um levantamento documental e entrevistas, mas também com a participação observante (Peruzzo, 2017) a qual implica um compromisso político com os sujeitos envolvidos na investigação, tendo em vista as partilhas públicas encenadas no decorrer do estudo. Tendo a pesquisa devidamente aprovada pelo Comitê de Ética (processo número 5.514.514), ela se deu, em parte, em uma turma de trinta alunos do 9º ano. Foram entrevistados, então, quatro professores que atuam na turma, especificamente nas disciplinas História, Artes, Língua Portuguesa e Educação Física. Também foi entrevistada a coordenação da escola, precisamente o diretor e a coordenadora pedagógica, assim como, pais de alunos da mesma turma. A análise dos dados gerados, com base nas práticas discursivas e posicionamentos dos sujeitos envolvidos no estudo sobre raça/racismo, decorre desse processo, que também foi acompanhado de momentos de participação observante em outros contextos do Quilombo, no diálogo com moradores da comunidade.

Para realizar a análise dos dados e o debate, dividimos os relatos etnográficos e respectivas análises em duas etapas, contemplando os discursos de professores e coordenação da escola e os discursos de pais e alunos. Neste texto, nos dedicamos à análise do discurso de professores e coordenação da escola, visando compreender o processo de precarização em suas formações operacionalizado pelo racismo.

EFEITOS DO RACISMO NA PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO QUILOMBO

JOANA PERES

Quase todos/as os/as professores/as que atuam no Quilombo Joana Peres atualmente, na época em que eram alunos/as, migraram para cidade de Baião para realizar seus estudos. Os relatos se parecem, quando nos detemos a esse percurso escolar entre o campo e a cidade, especialmente no que diz respeito às dificuldades para permanecer em Baião devido a fatores socioeconômico e étnico-raciais no município.

Na conclusão do Ensino Fundamental ou Educação de Jovens e Adultos, os estudantes deveriam frequentar o Magistério pelo Governo do Estado do Pará, ofertado na Escola Francisca Nogueira Ramos, em Baião. O Magistério é entendido como uma modalidade educacional de formação de nível médio que capacita estudantes a profissionais para dar aula na educação básica referente ao ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental para escolas do centro urbano e do campo.

Constatamos que devido não haver escolas com padrão de qualidade na oferta do ensino básico (antigo magistério e EJA) no quilombo, a migração de alunos das comunidades do campo para cidade já os colocava em situação de desvantagem, pois tinham que trabalhar na cidade para manter seus estudos, algo comum para pessoas pobres, negras e indígenas, no amplo cenário brasileiro. Nas comunidades tradicionais e do campo, com essa precarização da educação agravada, almejar uma vaga na Universidade era um sonho ainda mais distante. Essas disparidades eram e são pioradas com a ideologia da meritocracia que produz discursos entre aqueles vencedores (esforçados, aptos à educação) e outros, perdedores (fracassados na educação, sem aptidão ao ensino) por parte de grupos liberais que detém o poder aquisitivo no contexto do município. De acordo com o relato do professor Pedro⁷ (negro⁸), de 44 anos, professor de pedagogia do 1º ao 5º ano:

Naquela época a gente não tinha muita ideia sobre a questão do racismo. E as disciplina, principalmente História e Geografia, lembro que a professora trabalhava de acordo com os livros didáticos, não

⁷ Todos os nomes dos entrevistados são fictícios para preservar as identidades dos colaboradores.

⁸ Optamos por utilizar o modo como cada colaborador da pesquisa se autodeclarou.

realizava uma leitura crítica da história do Brasil da mestiçagem da nossa formação, e a nossa a professora de geografia e história era negra, mas não havia abordagem da parte dela para despertar estranhamento em nós alunos. No entanto, hoje fazendo uma análise sobre o que aconteceu conosco em sala de aula, entendemos que fomos vítimas de preconceito e de racismo (Entrevista realizada no dia 22/04/2023).

O discurso produzido pelo professor Pedro reverbera vozes não apenas de outros sujeitos do contexto estudado, mas também de outros interiores brasileiros, nos apontando pistas de como a precariedade da educação sobre as questões raciais, entre outros temas, fazia parte de um processo histórico porque passava o Brasil do final do século XX.

Na década de 1990, em termos de avanço nas políticas públicas, ainda eram poucas conquistas no enfrentamento ao racismo, e se nos grandes centros isso ainda estava engatinhando, em regiões mais afastadas do centro é natural que fosse mais precarizado ainda. Neste período, os estudantes não tinham uma percepção ou entendimento sobre o racismo, pois os conteúdos escolares naturalizavam essa compreensão conceitual, inclusive a postura dos professores do Magistério de Baião, relatado pelo entrevistado, que explica que em todas as disciplinas curriculares do ensino médio (Magistério) evidenciam materializações de narrativas de opressão racial, sobretudo na literatura dos livros didáticos da época que reforçavam um discurso conservador e tecnicista a partir do marcador de raça, com imagens que retratavam o negro como objeto escravo, inexistindo crítica dos conteúdos da história negra no Brasil. Essa realidade contribuiu para o silenciamento das memórias negras na escola, configurando uma importante pista para refletirmos sobre o racismo e as imagens de controle produzidas sobre pessoas negras na comunidade. Pedro relata, ainda, que:

O curso de Ensino Médio da época era magistério, preparava profissionais para atuarem de 1ª a 4ª série, no ensino de História e Geografia, o que a gente via no primeiro ano somente. No entanto, essas matérias eram ministradas de acordo com os conteúdos programáticos, ou seja, ensinavam de acordo com os livros didáticos, não havia uma reflexão mais crítica da contribuição do povo negro e indígena na história brasileira, assim como as violências sofridas por essas etnias. Vimos Sociologia da Educação somente no 3º ano, mas

acabava em um ensino como as demais disciplinas ministradas. (Entrevista realizada no dia 22/04/2023).

Com base no discurso do professor, ainda que a professora fosse negra, e provavelmente vivesse situações de racismo, o ensino de História, Sociologia e Geografia não eram críticos sobre essas questões apontando para como os atuais professores que lecionam na escola do Quilombo foram formados no ensino básico. Diante disso, a Professora Paula de 50 anos (negra) nos relatou que as escolas do Município estavam com carência de profissionais das áreas específicas como Língua Portuguesa, História, Artes Visuais e Matemática para atuar no ensino Fundamental II, e por não ter universidade na cidade de Baião, com áreas do saber científico, foi criado em 2001, os Estudos adicionais com duração de 1 (um) ano pela SEDUC para formar professores com especialidades no nível básico do ensino médio.

Além da precarização educacional, restrita ao Magistério e depois aos Estudos Adicionais, conforme aparece nos relatos dos professores, a questão racial emerge fortemente interseccionada a classe conforme veremos no relato a seguir:

No Ensino Médio tinha uma questão que era muito visível, as pessoas do interior estudavam todas as noites, era muito difícil alguém estudar à tarde ou pela manhã em Baião, pois se fosse mulher tinha que cuidar da casa de família, e caso fosse homem tinha que trabalhar nas propriedades das pessoas que cultivavam pimenta do reino para sobreviver. Foi o que aconteceu comigo, trabalhava em pimental capinando o dia todo, à noite ia estudar. Os professores já sabiam que as pessoas que estudavam à noite eram do interior (Professor Pedro, entrevista realizada no dia 23/04/2023).

A distinção entre campo e cidade marca não apenas uma hierarquia educacional, já que só havia magistério na cidade de Baião, mas revela a hierarquia de classe, quando destina o turno da noite aos estudantes vindos do interior e que trabalhavam durante o dia para poder se manterem na cidade. Aqui o fator racial também emerge, pois a maioria das pessoas de Joana Peres, território Quilombola, são negras. Assim, nas narrativas do interlocutor de pesquisa, nota-se, que jovens negros tinham que dedicar seu tempo aos

trabalhos físicos na agricultura com atividades dos roçados, pimentais e mandiocas. Dessa forma, é notório observar o marcador da condição de classe e raça entre o espaço escolar e as atividades que os jovens das comunidades cumpriam para manter a sua permanência nos estudos na cidade, e foi assim que a maioria dos professores que hoje atuam no Quilombo foram formados.

Portanto, percebe-se que não existia uma política estudantil para esses jovens negros e ribeirinhos, por isso, a desigualdade racial demarcava e demarca o sucesso e insucesso educacional desses jovens. Gonzalez (2020) pontua que o racismo é um processo de práticas socioculturais que orienta aprendizagem dos alunos em suas formações de escolaridade, pois a escola continua a reproduzir e estigmatizar pessoas negras, mantendo uma pedagogia da ordem e dos privilégios da branquitude, ou seja, naturaliza as ocupações historicamente associadas ao *status quo* de pessoas brancas na sociedade.

Essa associação múltipla de desigualdade que articula classe e raça, também mobiliza dimensões de gênero, conforme aparece nos relatos da professora Quilombola Dandara, de 42 anos (negra), quando fala de sua experiência como estudante em Baião:

Estudei em Baião de 1995 a 2000. Quinta e sexta série à tarde. Quarta etapa à noite. 1º, 2º e 3º ano do segundo grau a noite curso magistério. Os trabalhos que fazia eram os trabalhos de doméstica. Lavava roupa, cozinhava, limpava casa, levava criança para a escola e ia buscar. Mas esses trabalhos eu realizei apenas em uma das casas que morei uns dois anos. As demais faziam algumas dessas tarefas cozinhava ou lavava ou limpava a casa... era um pouco difícil. Mas eu conseguia me desdobrar pra não repetir de ano pelo menos (Entrevista realizada no dia 28/04/2023).

De acordo com os relatos da professora Dandara, essas experiências de estudantes nos anos de 1995 a 2000, evidenciam o deslocamento de muitas mulheres negras e Quilombolas para estudar na cidade de Baião. Esse relato demonstra o quanto emerge o fator da opressão interseccional de raça, classe e gênero (Collins, 1990), o qual atravessava a formação educacional das jovens do campo que sonham com uma profissão. Contudo, a falta de recurso financeiro e deslocamento enquanto mulheres negras do campo as impõem

diferentes desigualdades, condicionando-as a grandes esforços para permanecer na cidade para concluir os estudos.

Desse modo, mulheres negras desse contexto amazônico ainda sofrem com uma imagem de controle que naturaliza para elas o lugar de empregadas domésticas ou de “servas domésticas”, correspondente a imagem de controle *Mammy* de Collins (1990/2019) ou a *Mãe preta* de Gonzalez (2020), que condicionam o lugar de mulheres pretas como limitadas às atividades domésticas, já que a maioria não recebia salário, mas trocava sua força de trabalho por comida e pela oportunidade de estudar, ou seja, essas jovens que saíam da comunidade para estudar em Baião e outros municípios enfrentam dificuldades na conclusão dos estudos, levando muitas, nesse processo, a evadirem o espaço escolar por fatores de desigualdade de gênero, raça e classe.

A evasão escolar também se dá pelo problema da gravidez precoce ou uso do alcoolismo por parte desses/as jovens. Muitos/as que conseguiram concluir a formação básica foram submetidos (as) a diversas assimetrias raciais e sociais para ter o título de professor/a do ensino básico e ser atualmente titular do cargo de docente na escola de Joana Peres. Houve também os que sem opção de trabalhos, e associados ao contingente de desempregados e com baixa ou nenhuma escolaridade, sobrevivem basicamente dos programas do governo Federal (bolsa família e seguro defeso), outra imagem de controle, debatida por Collins (1990/2019), chamada *mãe dependente do Estado*.

Além disso, muitos desses jovens eram lidos a partir do marcador de raça, associado ao determinismo geográfico pela cartografia colonial que enquadravam as comunidades do campo como inferiores e indolentes, isso se apresentava no tratamento desigual dos professores de Baião com alunos do campo de Joana Peres, pois eram entendidos como trabalhadores braçais não como intelectuais (estudantes), submetidos ao trabalho físico nas casas que residiam em Baião com jornadas de trabalho desgastantes que afetava no indicador de qualidade da aprendizagem dos estudantes.

O efeito disso, como relatam os colaboradores de pesquisa de Joana Peres, se apresenta na desigualdade escolar. Gonzalez (2020) explica que após a abolição de 1888, não houve política assistencial de inclusão das pessoas negras na sociedade brasileira, o que se refletiu na precarização da pobreza nas favelas e comunidades do campo, com oferta de má qualidade da educação, saúde e emprego. Entretanto, outros grupos imigrantes brancos foram assistidos socialmente por políticas públicas.

Diante dessa primeira fase de formação de professores/as para Joana Peres, perguntamos a eles/as sobre a formação de nível superior na Universidade Federal do Pará pelo Programa Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Os docentes de Joana Peres afirmam que a temática afro-brasileira e Quilombola não era discutida nas salas de aula, principalmente nos cursos de Geografia, História, Educação Física e Língua Portuguesa.

Como relata o Professor Pedro: *“Tive uma experiência no curso de Ciências Sociais que guardo até hoje, ao cursarmos uma disciplina que não lembro agora exatamente o nome, mas que tinha a ver com as culturas negras e foi ministrada por uma professora ativista Quilombola”*. Nesse sentido, o curso de Ciências Sociais do PARFOR, tinha uma disciplina específica com o nome *“Seminários Temáticos de Estudos Africanos e Afro-brasileiros”*, o qual aborda as culturas, memórias e lutas da população afro-brasileira. Entretanto, trata-se de apenas uma disciplina e que certamente não teve impacto suficiente na formação desses professores, que como veremos, não debatem essas questões na escola do Quilombo e **desconhecem** a lei 10.639 de 2003. Diante disso, a professora Raquel de Letras, Língua Portuguesa, relata:

Quando eu estudei no PARFOR/UFPa, o curso de letras, pelo que eu lembro a questão do negro com essa temática que tá sendo debatida hoje com frequência, a questão do negro e Quilombola, eu não lembro se era debatido essas questões na sala de aula que, porque do curso de letras, imagino que eles, os professores, falavam mais sobre Amazônia, a língua utilizada, tipo de linguagem na Amazônia, o povo amazônida era muito retratado nas aulas de literatura, não lembro se foi falado, se falou foi pouco, silenciado, se tinha professores negros não lembro, maioria deles eram de pele clara, parda, nós alunos

negros éramos muitos, mas professor negro não, isso período de 2011. (Entrevista realizada no dia 03/04/2023).

Com base nos relatos da Professora Raquel nas graduações, pós-graduações e cursos de extensão, observa-se que a maioria dos docentes e acadêmicos são pessoas brancas que controlam a pesquisa, conteúdos e temáticas no espaço acadêmico, com preferência em narrativas a partir da branquitude e do conhecimento eurocêntrico. Nesse sentido, o relato de um dos autores corrobora o que comparece nos discursos de outros professores da comunidade, formados pelo PARFOR:

na minha formação tive apenas um professor negro, sendo os demais todos brancos. Assim, o único contato com os debates étnico-raciais foram em uma disciplina ministrada por tal professor negro, que também era uma militante da causa. Fora isso, não se tocava no assunto, apesar de em 2013 terem já completado 10 anos da lei 10.639/2003 (Pixuna, 2023)

Nesse sentido, com base nas narrativas dos colaboradores de pesquisa, as experiências em universidades na formação de professores de Joana Peres em cursos de licenciatura para atuar na Educação Básica, na escola do Quilombo, têm produzido silenciamento da memória negra, pois discursos, teorias e naturalizações racistas colocam em prática as desigualdades raciais e violências simbólicas no espaço acadêmico, os quais forçosamente contribuem ao processo de negações e apagamentos das identidades Quilombolas e negras.

Com esses relatos e depoimentos dos docentes do Quilombo Joana Peres sobre suas formações acadêmicas, é possível refletirmos sobre a política de controle que opera sobre os corpos negros e suas memórias, um processo evidente de funcionamento do racismo institucional, com destaque aos efeitos perversos do epistemicídio racial da universidade às escolas de educação básica, o qual tem gerado frequentes episódios de apagamento da cultura negra em diferentes níveis de ensino no Brasil.

De acordo com os relatos dos professores, os conteúdos aplicados na formação dos professores da educação básica são embranquecidos, com

teorias e epistemologias de cunho europeu. É importante destacar que regiões como o norte, nordeste e centro-oeste brasileiro, ainda têm que lidar com uma colonialidade endógena em relação à produção de conhecimento dos sudeste brasileiro, na medida em que muitos conteúdos que chegam, por exemplo, a Joana Peres, trazem modelos de mundo do sudeste urbano, apagando a importância de nossas culturas locais.

Após esta contextualização da formação dos professores que atuam na escola do Quilombo Joana Peres, passamos aos relatos das experiências atuais desses professores na escola. Perguntamos a eles como é atualmente trabalhar na escola do Quilombo Joana Peres? O professor de História, João de 42 anos, o qual se identifica na cor parda, professor de História e Geografia, respondeu:

Acredito que essa parte, na verdade, ela está sendo assim mais depois colocada dessa data de 2020 pra cá, até porque assim é do conhecimento, **esses tipos de assuntos assim como nossa culturas locais não são de fundamental importância na aprendizagem de alunos**, também essa questão de ensino sobre raça não faziam importância para escola, esse tipo de aulas assim era relacionado sobre os escravos que vieram para o Brasil, mas **não se tratava de um ensino sobre a importância deles**, a gente estudava sobre eles e dava aula também sobre eles, mas como representar aquela camada escrava mesmo, a gente apresentava os negros apenas como escravo na sociedade, como eles viveram naquele momento da história. (Entrevista realizada no dia 20/01/2023).

Com base no relato do professor João, é notório perceber um discurso que desvaloriza a cultura local de uma maneira geral quando diz “esses tipos de assuntos assim como nossas culturas locais não são de fundamental importância na aprendizagem de alunos”. A fala do professor reverbera um discurso muito mais amplo e que ainda circula em muitos contextos educacionais. Tal discurso dá sustentação ao que ele relata em seguida sobre o tema da raça não ser tomado como importante dentro de uma escola em contexto Quilombola. Além disso, o relato do professor acaba por denunciar como foi precarizada a formação dos professores da comunidade, pois, como afirma “não se tratava de um ensino sobre a importância deles”, revelando que se tratava de um ensino tradicional, defasado e eurocentrada em que pessoas

negras eram colocadas sob o estigma da escravidão. Chama atenção, ainda, a separação que o professor faz entre “nós” e “eles”, pois mesmo se declarando pardo, ele indica que os negros são outros, ainda que ele possa ser facilmente heteroidentificado como negro⁹.

Por fim, o relato busca justificar, ainda, que esse debate só começa a partir de 2020, na escola, quando a comunidade passa a ser formalmente titulada Quilombola, algo que expõe o total apagamento do debate nacional no contexto local sobre o enfrentamento ao racismo com a lei 10.639 de 2003.

O território Quilombola de Joana Peres foi certificado em 08 de Maio de 2020, tendo resistência por parte de grupos de pessoas que não aceitavam e não aceitam essa identidade, porém a população negra reside nesse território desde o processo de colonização portuguesa em 1776. Essa não aceitação por parte de algumas pessoas da comunidade não é uma negação individual, de fato ela reverbera na fala do professor, mas é importante compreendê-la no contexto mais amplo.

A conduta dos professores parece refletir a trajetória de formação dos mesmos, na qual, mesmo comparecendo esporadicamente algum debate sobre as questões étnico-raciais, isso não foi aprofundado. Tanto a trajetória de formação quanto a própria experiência local parecem não contribuir na construção de um olhar mais crítico por parte desses professores sobre a questão racial. Nesse sentido, podemos dizer que práticas teórico-metodológicas eurocêntricas que foram ensinadas em suas formações no Magistério e no PARFOR têm reflexos na educação escolar do Quilombo.

Apesar dos docentes trabalharem em uma escola do Quilombo, a temática negra é algo tido como novo para os professores. Sobre a Lei 10.639/2003 o professor de Educação Física Rafael, de 70 anos (pardo), argumenta que “*Não tem conhecimento sobre a Lei*”. Já a professora de Língua Portuguesa e Artes Visuais, Maria (cor parda), explica:

⁹ Independente da heteroidentificação, a autodeclaração é um direito, entretanto, enfatizamos este aspecto, pois se trata de um homem facilmente lido socialmente como negro, mas que provavelmente não quer ser visto como tal, o que indica mais um efeito do racismo no contexto estudado.

Não assim por números, não conhecimento dessa lei em si, não, eu sei que, por exemplo, é necessário trabalhar, mas as escolas focam mais nesse lado no dia da consciência negra, acaba que deixa de lado esse uso diário para ser focalizado na época da consciência em novembro, acaba que escolas deixam a ser abordado apenas para esse dia. Não tinha conhecimento que deveria, deveria, mas **na Lei, não lei não tinha esse conhecimento** para falar dessa cultura na escola, a gente precisa trabalhar essa igualdade de educação com as crianças. (Entrevista realizada no dia 15/12/2022).

Nas narrativas dos professores Rafael e Maria, identificamos o desconhecimento sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, sendo que a Lei 10.639 foi promulgada em 2003, 20 anos atrás, e atualizada pela lei 11.645 de 2008, quando passou a contemplar o ensino da história e cultura indígena. O desconhecimento da lei pelos professores enfatiza a gravidade do problema do racismo institucional estabelecida em uma escola que funciona dentro de um Quilombo. Não se trata dos professores de modo individual, mas do funcionamento do racismo na estrutura da instituição, que passa pela gestão política da educação, com efeitos concretos na escola e na vida cotidiana das pessoas do Quilombo. Além disso, nos relatos dos professores constatamos que não há incentivo para formação continuada voltada à temática étnico-racial pela Secretária de Educação do Município de Baião.

Com isso, percebe-se que a ausência da cultura negra na escola do Quilombo é efeito do apagamento da temática negra pela Secretária de Educação, pois afeta diretamente na escola do Quilombo Joana Peres na formação dos alunos negros e brancos, pois a inexistência desse debate crítico contribui para formar jovens que não participam das decisões sociopolíticas da Associação do Quilombo de Joana Peres, afetando também no engajamento na luta antirracista e do movimento social negro pelo direito à política pública.

Diante do desconhecimento da Lei 10.639/2003 e da ausência da cultura negra na escola de Joana Peres, foi feita a consulta, no dia 15/12/2022, do documento de Orientações e Proposta de Currículo da Secretária de Educação, pois são direcionadas às escolas do Município, incluindo Joana Peres.

Conforme o Currículo da disciplina de História e Artes Visuais da escola do Quilombo há menção a diversas atividades que devem ser desenvolvidas pelos professores nas aulas que tocam na questão étnico-racial. Apesar disso, conforme os professores relatam, esse currículo que orienta as práticas pedagógicas nas escolas do campo, em especial, de Joana Peres, não são discutidas ou problematizadas pelos docentes do Quilombo, o que reverbera em políticas de silenciamento da ancestralidade negra Quilombola e na banalização do racismo. Essa realidade se torna mais alarmante quando compreendemos que o município de Baião é composto por um território que é 80% propriedade de comunidades Quilombolas.

Sobre o Projeto Político Pedagógico em Joana Peres, ao perguntarmos aos professores, obtive os seguintes relatos:

Olha, esse é um projeto da nossa escola que acredito desde nunca foi construído o PPP por completo assim, houve muitas mudanças, temos um agora que a até pronto não tá, acabado não tá, nem colocado em prática também, a gente não tem projeto pronto e acabado, certo que todos anos tem que ter alteração porque as coisas mudam, mas se hoje fosse procurar um plano acabado, nossa escola não tem, ele tá por ser terminado, começa e termina o ano sem ter o PPP pronto para atender a necessidade da escola, ai isso eu vejo por lado que fica muito a desejar (João, Entrevista realizada no dia 11/12/2022).

Segundo o relato do professor João e de outros, conforme veremos, o documento que norteia as atividades pedagógicas em Joana Peres nunca foi finalizado. Existe um plano pedagógico da Instituição em construção desde 2018, mas, atualmente, o PPP está na condição de arquivado por falta de discussão e planejamento pela comunidade escolar. Ao acessar o documento, é possível verificar neste planejamento em andamento que não constam conteúdos ou diretrizes voltadas à memória e cultura Quilombola de Joana Peres. Alguns professores, por não ter conhecimento sobre o projeto, afirmam que ainda não leram o documento, alguns afirmaram que existe, outros não, mas verificamos que o projeto nunca foi finalizado na escola, apenas foi iniciado. Sobre o PPP, o diretor da escola, André (branco), relata:

Totalmente envolvendo a questão Quilombola, não, ainda não porque na época da construção do PPP ainda não vivíamos em comunidade Quilombola, é reconhecida como Quilombo, apenas como povo extrativista e também como povo extrativista, dentro do extrativismo existe sim políticas voltadas para cultura tradicional. Cultura tradicional tem a mesma característica (Entrevista realizada em 20/12/2023).

André relata, ainda, que *“possamos incluir em nosso planejamento, é uma questão que precisa ser debatida na escola, e vejo que estamos bastante atrasados em relação a esses temas, pouco trabalhado com relação a essas temáticas”*. Com isso, o diretor reconhece que a escola está atrasada na construção desse debate, entretanto, o que os últimos anos de práticas de gestão escolar e planejamento pedagógico e do currículo mostram é um “desinteresse” em implementar esse debate. Argumentamos que essa falta de interesse, com base no que estamos apresentando nesta pesquisa, corresponde ao funcionamento sutil, mas persistente do racismo institucional e do epistemicídio racial que não é efeito da ação individual de um gestor meramente, mas diz respeito a uma estrutura institucional fundamentada pela branquitude que repete essa lógica, desde a formação desses profissionais pela universidade, passando pelas questões políticas locais e a vivência cultural dentro do Quilombo, profundamente atravessado por valores que depreciam aspectos da cultura afro-brasileira. O relato do professor de História, João, reforça tal entendimento:

questão hoje da raça negra e cultura Quilombola, ela tá entrando agora, eu vejo assim como professor, ela tá entrando agora na nossa escola mostrando a importância que ela tem, mas existem muitas resistências, aí como não só pela corporação da escola, mas também de uma forma geral (Entrevista realizada no dia 11/12/2022).

Além da constatação do atraso na realização desse debate, o relato do professor João indica a complexidade desse debate no contexto de Joana Peres. É nesse sentido que os efeitos de um currículo branco têm gerado por décadas o apagamento da identidade Quilombola em Joana Peres, afetando sobretudo as crianças negras que iniciam sua trajetória escolar.

Assim, esse problema social na escola do Quilombo tem gerado diversas disparidades raciais que estão associadas a uma trajetória sócio-histórica de dominação dos currículos pela política educacional brasileira construída nas disputas de narrativas curriculares que se materializam na postura dos professores em sala de sala. Segundo a professora Maria:

A escola não é voltada para esse ramo social, não vejo a comunidade, não vejo a escola tratar desses assuntos né, tanto que agora na disciplina de arte, pedi para eles estudarem e ver o que fala a cultura Quilombola, qual é cultura Quilombola? As danças, os ritmos, as musicas, as roupas, eles estavam tentando fazer esse trabalho, porque eles não conhecem, aqui para os meninos, no máximo na época de São João, quadrilha, eles não conhecem samba de cacete, carimbo que é originário de Quilombola, foram os negros que trouxeram, eles não tem esse conhecimento aqui. Acho que é muito da cultura enraizada que não houve aqui, essa cultura Quilombola, agora que comunidade, escola tá tocando nesse assunto, puxando essa temática de ser e se tornar Quilombola e resgatar a cultura Quilombola. Porque aqui não vejo essa cultura, Perguntei para eles: vocês sabem o que é carimbó, samba de cacete, uns respondia samba de quê? Samba Cacete, não samba de cacete que originário de Quilombo, aí a gente não sabe, mas vocês sabem o que é piseiro? ah sim! Isso eles sabem, quanto a cultura de fora, do exterior tá dominando aqui no meio da escola (Entrevista realizada no dia 15/12/2023).

De acordo com o relato da professora, fica evidente que a temática afro-brasileira, mesmo sendo uma obrigação prevista em lei federal, não é colocada em prática para os alunos do Quilombo. Isso contribui para o desconhecimento da cultura negra local, levando os alunos a conhecerem mais sobre a cultura de outras regiões do que sua própria, configurando o epistemicídio racial sobre os saberes tradicionais.

Com base nas entrevistas com os professores e observações em sala de aula, percebemos que esses conhecimentos e saberes Quilombolas ainda são vistos como desumanizados e diabolizados pelo atravessamento do credo religioso judaico-cristão, onde todos os professores da escola do Quilombo frequentam ou frequentaram alguma religião com base nos ensinamentos do cristianismo, sendo que dentro do Quilombo existe mais de 8 igrejas, nesse sentido, não que seja algo individual dos professores, mais é um pensamento

histórico das colonialidades presentes no município de Baião. Logo, essas orientações religiosas se apresentam nas narrativas ocidentais de práticas pedagógicas nas aulas, o que se comprovou com base nas observações do espaço escolar e também nas entrevistas com colaboradores, os quais se nomeiam religiosos: entre católicos, protestantes e adventistas.

Com base nas observações participantes, também constatamos que nas aulas do ensino religioso não se trabalha os credos das religiões negras como Umbanda e Candomblé, o qual reflete um processo de epistemicídio racial (CARNEIRO, 2005) e de racismo religioso, pois quando se aborda uma cultura ocidental como universal e verdadeira na escola, também se contribui para o silenciamento da cultura negra.

O Quilombola Nego Bispo (2015) explica que o pensamento ocidental colonizador paira como força controladora de imposições nas comunidades quilombolas. Assim, essa verticalização de influências de desterritorializações e massacres de povos tradicionais têm sido frequentes e penetrantes naquilo que ele chama de colonizador de consciência, e tem sido conflituoso entre os próprios Quilombolas nas naturalizações dos racismos. Entende-se, que a colonialidade está presente na maioria dos espaços tidos como resistência, além disso, somos impactados pelas instituições em valores de crenças ocidentais, presente nas explicações convencionais da branquitude.

Nesse sentido, os estudantes Quilombolas estão em processo de formação e descobrimento de suas identidades étnicas, por isso, quando a comunidade escolar e os professores negam e silenciam em suas aulas e colocam apenas narrativas brancas, produzem silenciamento de lideranças negras da própria comunidade, como mulheres negras, parteiras, curandeiras, pescadoras, agricultoras, presidente Quilombola e extrativistas. Isso reforça o embranquecimento na formação dos alunos do Quilombo, negando seus conhecimentos, saberes que estão presentes nas territorialidades da comunidade. Com a materialização do racismo na escola, e as múltiplas culturas brancas que se fazem presentes no espaço Quilombola, as culturas negras, que deveriam poder se manifestar em sua diversidade, são diretamente afetadas, fragilizadas e encaminhadas ao esquecimento social. Muitas

lideranças Quilombolas que conheciam a história e saberes tradicionais, não se encontram presentes, vieram a óbito e outras que se fazem presente não são valorizadas na comunidade e nem pela escola, com isso, se não houver incentivos às memórias ancestrais negras se tornarão esquecidas.

Interessados em saber como era a relação dos professores com as crianças negras, perguntamos como se dava o tratamento pedagógico na escola com elas. O professor João, relatou:

A gente vê as crianças que tem a cor diferente né, as crianças brancas são aceitas e elogiadas, mas as crianças negras têm determinado rejeição no espaço escolar. Quando a gente vai fazer trabalho de classe, a gente percebe essa indiferença que eles não gostam de se misturar, eles parecem que causam uma antipatia assim, uma separação e na questão do corpo docente da escola, eu vejo que quando eles se aproximam assim da criança na questão do agrado é forma de disfarces e não um carinho de amor, igualdade e tratamento igual para todos assim, eu vejo assim ainda essa resistência não aceitação. A gente não pode esconder isso, porque é uma realidade da nossa escola, vejo isso como professor há muito tempo, dentro lá, Então, eu como professor de História tenho trabalhado para isso, alguns assuntos assim tenho buscado e aplicado tanto na área da Geografia quanto na História, principalmente, a gente tenta já coloca esses assuntos, como eu te falei, esses assuntos estão sendo trabalhado agora por ele está no auge, mas antes não era assim não. (Entrevista realizada no 12/12/2022).

Aparece no relato do professor João, ainda que tenha demonstrando ter consciência do problema, marcas do racismo, como o trecho “que tem a cor diferente”. Além disso, ele relata explicitamente que essa diferenciação está presente não só entre as crianças brancas e negras, mas na relação dos professores com os alunos negros. Esse triste relato de João se soma às minhas observações em campo, com base nas quais constatamos que o tratamento dado a uma criança branca, com algum poder aquisitivo, se difere do tratamento dado à criança negra, principalmente aquelas que trabalham na agricultura com seus pais e chegam à escola com as marcas dessa atividade.

Argumentamos que uma imagem de controle se impõe sobre essas crianças negras, que serão tratadas de modo diferente, por não serem reconhecidas como sujeitos de direito à educação formal. Aqui também emerge a interseccionalidade de raça e classe condicionando os olhares sobre

essas crianças. Outro aspecto a destacar, são os pequenos privilégios que produzem, pois se uma criança é filha de um professor da escola, ela tem mais atenção pelo professor titular, logo, esse aluno tem vestimenta mais adequada aos padrões da escola e será aceito dentro dos valores escolares, porém, existem crianças negras que não tem o acompanhamento dos pais negros e não tem materiais escolares e vestimentas adequadas a exigência da escola. Essa inadequação de algumas crianças no espaço escolar também é reflexo de famílias que não têm pessoas escolarizadas em casa, logo não valorizam a vida escolar das crianças.

Com base nos relatos dos professores e dos documentos apresentados, argumentamos que o currículo branco disseminado na escola do Quilombo, também a falta de um PPP voltado às temáticas das relações étnico-raciais, as imagens de controle associado às características fenotípicas fazem funcionar o racismo e a propagação do apagamento da cultura negra na escola entre professores e coordenação pedagógica.

Recentemente, em 2024, após a finalização desta pesquisa na escola no ano de 2023, houve algumas reuniões para a criação do PPP, com iniciativa de alguns professores dentro do espaço escolar, contudo, essas reuniões que aconteceram na escola apresentaram pouca participação da comunidade quilombola, sobretudo, da Associação Quilombola, contrariando a própria Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDBEN) que garante participação coletiva ao projeto pedagógico da escola. Desse modo, embora movimentar a construção do PPP seja urgente e fundamental, argumentamos que precisa ser feita com atenção a realidade quilombola de Joana Peres.

DIREITO AO QUILOMBO, DIREITO À CIDADANIA

Conforme apontamos ao longo do texto, o funcionamento do racismo institucional, embora esteja atrelado às atividades estruturais das instituições, como currículo (embranquecido), (ausência de) PPP, (ausência de) formação continuada, dentre outros, ele tem garantido sua eficácia ao se articular a outra

dimensões do racismo, especialmente no espaço escolar como o racismo religioso, recreativo e cotidiano. Com isso, fica evidente como um sistema histórico de manutenção da hierarquização racial ou da branquitude precisa ser enfrentado e combatido, para que efetivamente uma transformação social seja operada.

Nesse sentido, enfatizamos a relevância de uma abordagem contra colonial que coloque no protagonismo a perspectiva de intelectuais negros sobre suas demandas sociais e educacionais, pois assim reforçamos a possibilidade de mudar as lentes com que olhamos, vemos e reagimos aos problemas raciais que fazem funcionar as desigualdades sociais historicamente estabelecidas no Brasil, inclusive em seus territórios negros. A identificação e análise do funcionamento do racismo na escola Joana Peres mobiliza nossa atenção para processos que ainda nos dias atuais passam despercebidos nas instituições, como a escola, que deveria ser o espaço por excelência de formação de sujeitos críticos e de acolhimento diante das problemáticas trazidas pelo mundo social. Destacamos, nesse sentido, a relevância da abordagem interseccional quando identificamos nas análises a maior vulnerabilidade das mulheres diante das problemáticas enfrentadas por pessoas quilombolas na trajetória educacional investigada.

Apresentar este artigo como documento de denúncia e reflexão, constitui nossa crítica contracolonial ao racismo naturalizado no Quilombo Joana Peres, constituindo base também para a urgência em se instalar uma escola quilombola na comunidade, com currículo e PPP quilombola! É nesse sentido que falamos em um direito ao Quilombo, como um direito de conhecer a própria história e de viver como protagonista de seu território. Somente assim, será possível para essas populações pensarem um direito à cidadania em sentido amplo, direito de ir e voltar do território, de acessar a universidade e outros espaços de poder.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaia, 2020.

BENTO, C. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Boitempo editorial, 1990/2019.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1968.

FREITAS, L. MARTINS, E. SENA, J. Despensar a colonialidade: desarticulações narrativas para ensaiar a crítica decolonial. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 25, n. 2, p. 4-18, 2022.

GONÇALVES COSTA, K. O contexto educacional e racial brasileiro até a lei 10639/2003. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 15 (Edição Especial), 151–173, 2023.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

KILOMBA, G. **Memórias de Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Budapest: Interpress, 2020.

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, p. 121-134, 2012.

NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2020.

PERUZZO, C. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las culturas contemporáneas**, v. 23, n. 3, p. 161-190, 2017.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. Ponto Urbe. **Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 2, 2008.

PIXUNA, L.; FERREIRA, S.. Epistemicídio Racial e o Enegrecer. **Revista África e Africanidades**, p. 51 a 59, 2023.

PIXUNA, L. Racismo no Quilombo? Demandas e desafios estruturais no interior da Amazônia Paraense. **Revista África e Africanidades**, v. XVI, p. 211-240, 2023.

PIXUNA, L. **Conservação fundiário na RESEX Ipaú-Anilzinho**: na abrangência da Vila de Joana Peres, município de Baião-PA. Monografia: UFPA, 2018.

QUIJANO, A. et al. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. 2000.

RAMOS, S. C. **Baião: história de um Município**. Belém: Valente Gráfica e Editora, 2009.

SANTOS, A. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SENA, J. De cabokos a negro/indígenas: sobre a emergência de sujeitos políticos da raça e a mundiação da Matriz Colonial do Poder. Dossiê Raça e Amazônidades, **Revista África e Africanidades**, n.46, p. 29-62, 2003.

SENA, J. SILVA, V. SOUZA, D. “Para de ter vergonha de ti e aceita o cabelo que tu tem”. Performances narrativas de raça na Amazônia Marajoara. **Caderno de Letras Pelotas**, n. 40, maio-agosto, p.35-57, 2021